

ENAP

Cadernos

Caderno 125

---

# Sumário Executivo

**Pandemia e Estado de Exceção:**

*Governança radical e suas implicações  
em um contexto de excepcionalidade*

---

Autor

Antonio Gasparetto Júnior

**Coleção:** Cátedras 2021



# Sumário Executivo

---

## **Apresentação/ contextualização**

---

Diante do contexto de excepcionalidade causado pela pandemia de coronavírus no mundo, estabelece-se uma interlocução direta com a teoria dos estados de exceção, construída a partir de referenciais basilares em Giorgio Agamben (2007), François Sanint-Bonnet (2001) e Günter Frankenberg (2018). No entanto, o presente estudo busca oferecer interpretações mais atualizadas que se relacionam com debates mais atualizados sobre a exceção, promovendo sua vinculação à ocorrência da pandemia de Covid-19 no mundo. Nesse sentido, a relação entre exceção e pandemia é entendida como oportuna para a promoção de novas práticas e realização de serviços, por um lado, e uma zona de cautela que desperta a atenção para riscos contra as instituições e a democracia, por outro lado.

Na ação de enfrentamento à crise sanitária, o presente trabalho considera as medidas viabilizadas via legislação e ações do Poder Executivo. No contexto da legislação produzida durante a pandemia, verifica-se que as normas evidenciaram a vigência de um estado de exceção manifesto por meio, sobretudo, da extraordinariedade na utilização dos recursos, mas também a limitação de certas liberdades e a construção de um conjunto de procedimentos adaptados para tempos excepcionais. No que concerne às ações do Executivo, ressalta-se a tentativa de apropriação do contexto de crise sanitária para a promoção de uma centralização administrativa de perfil autoritário com vistas à perpetuação da exceção como paradigma da ordinariedade.

Dessa forma, o trabalho se inicia apresentando uma dimensão interpretativa sobre a configuração de estados de exceção, suas relações com a pandemia de Covid-19 e o risco para a administração pública, suas instituições e mesmo para a democracia. Evidenciado esse problema teórico, parte-se, então, para a análise de suas manifestações práticas por meio de atos e ações.

Em relação aos atos, entendidos aqui por suas manifestações legais via normas produzidas no contexto da pandemia, são levantadas todas as disposições produzidas no período compreendido entre março de 2020 e dezembro de 2021, a fim de se verificar como a excepcionalidade se construiu por meios legais para o enfrentamento da crise sanitária de Covid-19. No que se refere às ações, busca-se, por meio de levantamento alternativo, identificar o perfil da condução da crise por parte do governo federal. Para isso, utiliza-se o veículo de imprensa de maior circulação no Brasil, o jornal *Folha de São Paulo*, no intuito de se obter dados objetivos que contribuam para a construção dessa abordagem.

Inicialmente, é realizada uma análise quantitativa desses dados revelando a existência de 647 disposições legais no contexto da pandemia, ao passo que são evidenciadas 1.173 matérias que discorreram sobre o contexto da pandemia de coronavírus e sua excepcionalidade. Do primeiro grupo, foram extraídas 130 disposições que vinculam pandemia e a construção de um estado de exceção, enquanto da amostra de notícias coletada são advindas 119 matérias nesse sentido.

Em segundo lugar, desenvolve-se uma análise qualitativa dos resultados a fim de verificar a condução da crise. Essa perspectiva evidenciou um perfil de exceção em que se destacaram os seguintes pontos:

1. Tentativa de centralização de governo e de procedimentos da administração pública;
2. Desqualificação da ciência em pleno contexto de pandemia;
3. Movimentação extraordinária de recursos;
4. Desarmonia e ameaça às instituições;
5. Desvalorização de direitos humanos e questões humanitárias;
6. Recrudescimento da transparência pública.

Os resultados apresentam convergência com as preocupações apresentadas em reflexões sobre a teoria da exceção na medida em que evidenciam seu perfil de afinidade com práticas autoritárias verificadas na experiência de outros países com a pandemia. Se, por um lado, esperava-se identificar a implementação de serviços e procedimentos capazes de promover segurança, inovação e atualização na administração pública, o que se revela, por outro lado, é o retrocesso com a preservação de direitos, do pleno funcionamento das instituições e da própria democracia.

Com efeito, a forma como a averiguação do perfil da administração pública da crise por parte do Poder Executivo é evidenciada não é a única possível para explorar o problema em destaque. Não obstante, os dados utilizados neste trabalho contribuem para a construção de uma investigação efetivamente empírica e verificável. De tal forma, argumenta-se que esses aspectos abarcam um domínio amplo o suficiente para permitir a identificação de um perfil por meio dos resultados obtidos.

Feitas essas observações, os resultados deste estudo alertam para a necessidade de uma definição mais clara e precisa da excepcionalidade no Brasil, estabelecendo parâmetros e modulações claros e precisos frente às crises de distintas gravidades. Ademais, é necessário ressaltar a preocupação com a apropriação de momentos excepcionais para promoção de retrocessos na administração pública. Os resultados concluem, portanto, que a excepcionalidade pode acarretar em substancial agravamento das consequências econômicas, sociais, políticas e administrativas resultantes da pandemia.



Se quiser, **clique aqui** para acessar o documento do **Sumário Executivo separado**.  
**Compartilhe!**